ACESSE JÁ O NOVO SITE DO FONTE.
WWW.JFONTE.COM.BR

Fonte

UM JORNAL A SERVIÇO DO POVO

10 anos

Jaboticabal, 09 de Julho de 2015 - Edição Mensal - Ano X - R$ 2,00

Jornalista Responsável João Teixeira de Lima - MTB-43.290 - www.jfonte.com.br - jfontemail@gmail.com - jfonte@jfonte.com.br Nº 180

A imensa maioria dos vereadores é a favor do aumento de 13 para 15, diz Edu Fenerich

pág.02

Edu Fenerich

Em entrevista concedida ao Jornal Fonte em 02 de julho de 2015, o presidente da Câmara Municipal de Jaboticabal, disse que a maioria dos 13 vereadores jaboticabalenses é a favor de aumentar para 15, disse também que a matéria vem sendo discutida, mas ainda não há nada definido. Além deste, Edu Fenerich falou de diversos assuntos como: Aquisição dos armários cofres, TV Web, Concurso, salários e quantidade de assessores, além outros.

LAUDÊMIO: E A MENTIRA DE JAN NICOLAU SOBRE O MAPA

pág.05

Salvo melhor juízo, fomos o primeiro Jornal de Jaboticabal a nos manifestar contrários, a cobrança do Laudêmio, sob o título "Laudêmio: Exploração ou Imposto Santo"? – acesse a edição 048 de 04 de maio de 2007. Posteriormente, abordamos na matéria intitulada "Pequenas Igrejas, Grandes Negócios", que no País dos impostos, as Igrejas estão isentas – acesse a edição 094 de 12 de dezembro de 2009.

CREMESP debate a falta de leitos para gestantes na região

Com a presença de prefeitos da região, secretários municipais, profissionais e autoridades ligadas à área de saúde, o CREMESP (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), por meio de sua Delegacia Regional de Ribeirão Preto, realizou encontro na noite de 6 de julho, na Câmara Municipal daquela cidade, para debater as estratégias para vencer a falta de leitos na região destinados a gestantes de alto risco.

pág.08

JABOTICABAL,

Nesses seus 187 anos (16 de julho de 2015), queremos lhe desejar muita prosperidade e declararmos amor e carinho por você e o nosso eterno agradecimento por nos acolher.

Equipe do Jornal Fonte

Não foi a Kadima, foi Lourenço, diz secretário de planejamento.....pág. 03

Investigações em andamento....pág.04

A Escola de ontem e a Escola que queremos.....pág. 05

Redução da maioridade penal..pág. 05

Munícipes reclamam de carretas que transportam postes.....pág.08

A imensa maioria dos vereadores é a favor do aumento de 13 para 15, diz Edu Fenerich

Em entrevista concedida ao Jornal Fonte em 02 de julho de 2015, o presidente da Câmara Municipal de Jaboticabal, disse que a maioria dos 13 vereadores jaboticabalenses é a favor de aumentar para 15, disse também que a matéria vem sendo discutida, mas ainda não há nada definido. Além deste, Edu Fenerich falou de diversos assuntos como: Aquisição dos armários cofres, TV Web, Concurso, salários e quantidade de assessores, além outros. Leia abaixo a íntegra da entrevista.

Jornal Fonte - A Câmara gastou R$ 174.940 mil com a compra de 16 armários de segurança, média R$ 10.931 cada. Em época de crise, o senhor acha justo esse gasto?

Dr. Carlos Eduardo Pedroso Fenerich - O orçamento do Poder Legislativo Municipal (Câmara Municipal) que é fixado pela Constituição Federal, corresponde a 7% da receita tributária ampliada do ano anterior, ou seja, representa em verdade, menos de 2% do orçamento do Poder Executivo Municipal (Prefeitura Municipal), e suporta todas as despesas da Casa de Leis. A Câmara Municipal possui um excelente equilíbrio entre receita e despesa. Assim, a aquisição de bens de qualquer natureza, não é questão de justiça ou injustiça, existência ou não de crise. É questão de necessidade ou não do que se adquire. A avaliação dessa necessidade é feita, única e exclusivamente, como não poderia deixar de ser, pelos integrantes do corpo legislativo, ou seja, pelos senhores vereadores. Da mesma forma que na Prefeitura, quem decide quando e quais gastos devem ser feitos, é o Prefeito. Ninguém mais. Apenas a título de exemplo, cito os dois sofás que a Câmara adquiriu no início de 2001 e que custaram, na época R$ 5.000,00. Hoje, mais de 14 anos após sua aquisição, os móveis estão em ótimo estado e continuam integrando o patrimônio ativo do Poder Legislativo como você mesmo pode comprovar. Da mesma forma que os sofás, os móveis agora adquiridos, foram considerados necessários por todos os senhores vereadores e integram o patrimônio da Câmara Municipal.

JF - Qual a real necessidade desses armários?

Dr. Edu Fenerich - Nenhum dos gabinetes possuía local seguro para a guarda de documentos relativos ao desempenho das atividades parlamentares. Da mesma forma, o Departamento Jurídico estava sem local apropriado para o correto arquivamento de seus processos e demais documentos.

JF - A compra foi no modelo "carta convite". Quantas empresas foram convidadas? Quais foram essas empresas e qual o preço médio que cada uma ofertou?

Dr. Edu Fenerich - A compra dos móveis não se deu por carta convite, mas por tomada de preços. Assim, conforme determina à lei de licitações, o extrato do edital foi publicado na edição do dia 16/04/2015 do Diário Oficial, na edição de 16/04/2015 do jornal "Agora" que circula em todo o estado e na edição de 17/04/2015 do jornal local "O Combate". O referido edital ainda foi publicado na íntegra no site da Câmara Municipal e afixado no átrio da sede da Câmara. O preço proposto pela empresa vencedora foi de R$ 10.200,00 por cada móvel colocado nos gabinetes dos vereadores, enquanto, a outra empresa propôs R$ 11.420,00 pelo mesmo móvel. O preço proposto pela empresa vencedora por cada móvel colocado no Departamento Jurídico foi de R$ 16.070,00, enquanto a outra empresa propôs R$ 17.200,00 pelo mesmo móvel. Apenas a título de exemplo: a Câmara Municipal de Itapecerica da Serra, adquiriu os mesmos móveis, também através de tomada de preços em 01/07/2011 e pagou R$ 12.640,00 por eles. A Câmara Municipal de Guarulhos, em 06/12/2011, pagou R$ 10.769,23 também pelos mesmos móveis. Como vimos, a Câmara Municipal de Jaboticabal, em 2015, ou seja, 4 anos depois, pagou menos. Já com relação aos móveis do Departamento Jurídico, a Câmara Municipal de Bento Gonçalves-RS, pagou em 12/06/2014, R$ 17.412,00 pelos mesmos móveis, ou seja, quase 1ano depois, a Câmara Municipal de Jaboticabal também pagou menos.

JF - O senhor sabia que a empresa que vendeu esses armários para a Câmara de Jaboticabal a D. Palmeira de Lima Móveis, que pertence ao presidente da Câmara de Catanduva está respondendo processo no MP de Uberaba, juntamente com o ex-presidente e o diretor da Câmara daquele município por suposto superfaturamento na venda de cadeiras?

Dr. Edu Fenerich - Depois de iniciado o certame licitatório, o presidente da Câmara só volta a participar do processo no momento da homologação do mesmo e após os pareceres do Departamento Jurídico e da Assessoria Especializada. Quem verifica, portanto, se as empresas participantes estão ou não habilitadas a participar do mesmo na forma do ordenamento jurídico vigente, é a Comissão de Licitações, o Departamento Jurídico e a Assessoria Especializada. Assim, em momento algum, tive conhecimento de qualquer irregularidade praticada em Uberaba, pela empresa vencedora do certame. E, mesmo que tivesse conhecimento, tal fato nenhuma importância teria no caso da Câmara Municipal de Jaboticabal, uma vez que, os preços praticados são os de mercado, conforme puderam verificar a Comissão de Licitações, o Departamento Jurídico e a Assessoria Especializada e a documentação das empresas participantes atendeu a todos os requisitos da lei de licitações. Além do mais, como já foi dito anteriormente, a modalidade adotada no certame foi à tomada de preços, com ampla divulgação, ou seja, participou quem quis e não quem foi convidado.

JF - Esses armários não correm o risco de se tornarem supérfluos a exemplo do painel eletrônico, adquirido sob sua presidência em 2008 por R$ 149 mil?

Dr. Edu Fenerich - Primeiro é preciso lembrar que a aquisição do painel eletrônico de votação foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano anterior ao da sua aquisição, com aprovação unânime dos 10 vereadores que integravam a Câmara Municipal naquela legislatura. Segundo, também é preciso lembrar que durante toda aquela legislatura o painel foi plenamente utilizado. Sua desativação se deu na legislatura 2009-20012 quando não integrava o corpo legislativo. Não vejo como móveis tão úteis podem se tornar supérfluos.

JF - Outra aquisição da Câmara, também de uma empresa de Catanduva foi a TV Web ao custo R$ 77.500 por ano. Qual a sua importância, se a Câmara tem apenas 2 sessões por mês?

Dr. Edu Fenerich - A implantação da TV Web pela Câmara Municipal de Jaboticabal objetivou permitir que os munícipes possa assistir, em tempo real e com qualidade digital, as sessões e outros eventos do Poder Legislativo Municipal e atendeu à reivindicação de enorme número de pessoas que não podem comparecer à sede da Câmara nos dias em que as sessões são realizadas. Além disso, em pouco tempo, outras atividades serão desenvolvidas pela TV Web, como por exemplo, as desenvolvidas pela Escola do Legislativo, as reuniões mais importantes de diferentes comissões, atividades externas dos vereadores, etc... Lembro ainda, que os R$ 77.500,00 que custaram a implantação da TV Web, representam pouco mais de 1% do orçamento do Poder Legislativo e menos de R$ 1,00 por ano por habitante.

JF - Além desses R$ 77.500 anuais, há o custo das filmagens por sessões, ordinárias, extraordinárias e sessões solenes. Qual o custo de cada uma?

Dr. Edu Fenerich - Através da Carta Convite 13/2012, na legislatura anterior, a Câmara Municipal contratou empresa para realizar as filmagens das sessões legislativas por R$ 30.000,00 por ano. O referido contrato foi aditado em 2013 e 2014. São essas filmagens que são transmitidas ao vivo e gravadas servindo como ata eletrônica. Esse contrato vencerá em outubro próximo e será objeto de novo certame licitatório.

JF - A Câmara possui 24 funcionários de carreira (concursados), e 27 assessores comissionados (sem concurso), isso não vai de encontro com o que determina o TCE, que a maioria de servidores tem que ser concursados?

Dr. Edu Fenerich - A Câmara Municipal de Jaboticabal tem criado em sua estrutura administrativa, 64 cargos sendo, 33 de provimento efetivo e 31 cargos de provimento em comissão. Importante lembrar que a criação dos cargos de provimento em comissão do Poder Legislativo foi alvo, na época, de ação civil pública proposta pelo Ministério Público. A ação foi julgada improcedente pela MM Juíza da 1a Vara da nossa Comarca, Dra. Carmen Silvia Alves. O Ministério Público recorreu e o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, confirmou a sentença, ou seja, o Poder Judiciário referendou a criação dos cargos pela Câmara Municipal e a r. sentença transitou em julgado. Além disso, como vimos acima, na Câmara Municipal de Jaboticabal, o número de cargos de provimento efetivo é maior que o número de cargos de provimento em comissão e, por isso, não contraria o entendimento do egrégio Tribunal de Contas.

JF - Cada vereador tem "direito" a dois assessores que ganham R$ 1.984 cada um por mês, ou se optar por um só, ele ganhará R$ 3.968. Um professor de educação infantil (concursado) com curso superior em início de carreira e para trabalhar 40 horas semanais, ganha R$ 1.740. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Dr. Edu Fenerich - Os assessores dos vereadores também tem carga horária de 40 horas semanais. Quem fixa o salário do professor de educação infantil não é a Câmara, mas sim a Prefeitura. A Câmara tem adotado como filosofia, a valorização dos seus servidores quer ocupem cargos de provimento efetivo quer de provimento em comissão. Assim, o que tenho a dizer a respeito do assunto é que a Câmara Municipal nada tem a ver com o salário dos professores de educação infantil ou de quaisquer outros servidores da Prefeitura Municipal. Esse assunto é da alçada exclusiva do Prefeito Municipal. Lembro ainda, que a partir da próxima legislatura, cada vereador continuará podendo ter até dois assessores, mas aquele que optar por ter apenas um, o mesmo não terá mais o salário dobrado.

JF - A Câmara realizará em breve um concurso para preenchimento de 9 vagas. Na maioria delas há uma exigência de 3 anos de experiência. Apesar de o edital esclarecer muitos pontos. Mas com as suas palavras, qual a necessidade dessa experiência e como ela deve ser comprovada?

Dr. Edu Fenerich - A Câmara Municipal, há mais de 10 anos, definiu em lei, a exigência de experiência para aqueles que pretenderem ser seus servidores. Assim, exatamente isso aconteceu nos últimos concursos realizados pelo Poder Legislativo. A Câmara fez essa opção indo ao encontro do desejo da enorme maioria dos munícipes que querem servidores públicos mais preparados, além de prestigiar o princípio constitucional da eficiência. Aliás, isso não ocorre somente aqui. Os concursos para a Magistratura e para o Ministério Público também exigem experiência. A Prefeitura Municipal de Taquaritinga também exige. E até o egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo está realizando concurso público também através da VUNESP para o preenchimento de diversos cargos exigindo tempo de experiência, inclusive, exigiu, em outro concurso seu, 5 anos de experiência em advocacia para o cargo de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que: "É absolutamente razoável estabelecer-se um prazo mínimo de experiência no exercício das atividades a serem desenvolvidas pelo candidato aprovado, conquanto não se fixem critérios relativos a aspectos pessoais que dificultem o acesso ao emprego público, como discriminação de condições estritamente pessoais como raça, cor, credo religioso ou político".

"A Administração é livre para estabelecer as bases do concurso e os critérios de julgamento, desde que o faça com igualdade para todos os candidatos, tendo ainda, o poder de, a todo tempo, alterar as condições e requisitos de admissão de concorrentes para melhor atendimento do interesse público." A exigência de experiência com certeza limitará a participação de todos aqueles que não a tem, jovens ou não. Como já vimos, por unanimidade, há mais de 10 anos, a Câmara Municipal de Jaboticabal fez opção pela melhor qualificação de seus servidores.

JF - No caso da votação por maioria dos vereadores da mudança de zoneamento da Chácara do Locke, de Zona de Preservação para Zona Mista, que permitirá a construção de um condomínio no interior da Chácara. Alguns ambientalistas alegam que esse projeto foi colocado na ordem do dia na última hora, ou seja, não fazia parte da pauta enviada para imprensa. Isso não caracteriza falta de publicidade o que pode ocasionar a anulação da sessão?

Dr. Edu Fenerich - Como já exaustivamente explicado e minuciosamente documentado, o assunto relativo ao tema conhecido como "Chácara do Dr. Locke" começou a ser discutido pelos vereadores antes mesmo do projeto ter sido protocolizado na Câmara pelo Prefeito Municipal. Começou a ser discutido em abril de 2014 enquanto o projeto só chegou em agosto de mesmo ano. Embora pudesse ser votado com, no máximo 30 dias de tramitação, devido à relevância do tema, a Câmara criou uma Comissão de Assuntos Relevantes composta por 5 vereadores que promoveu duas audiências públicas além de inúmeras outras reuniões com diferentes segmentos da nossa comunidade, a favor e contra o projeto. O então presidente, vereador Wilsinho Locutor contratou perito da UNESP de Bauru. Depois de mais de um ano de estudos, a Comissão de Assuntos Relevantes concluiu pela aprovação do projeto. Todas as Comissões Permanentes da Câmara deram parecer favorável ao mesmo projeto. Lido o relatório da Comissão de Assuntos Relevantes na Sessão Ordinária do dia 1 de junho de 2015, 9 dos vereadores, na forma regimental, apresentaram requerimento solicitando a inclusão do projeto na Ordem do Dia, requerendo, inclusive, a realização de sessão extraordinária na hipótese do mesmo não ser aprovado por unanimidade em primeira discussão e votação. Assim, como ocorreu 61 vezes nesta legislatura, sendo com dois outros projetos na mesma sessão do dia 1 de junho, o projeto da "Chácara do Dr. Locke", foi discutido, votado e aprovado, por maioria, por duas vezes. O autógrafo foi encaminhado ao autor do projeto, o Prefeito Raul Girio, que o promulgou e sancionou, transformando em lei. Foi exatamente isso que ocorreu.

JF - De Zero a dez, qual a nota que o senhor daria para a administração do prefeito Raul Gírio?

Dr. Edu Fenerich - Quem sou eu para atribuir nota ao trabalho de outra pessoa, ainda mais do Prefeito Municipal. Deixo isso a cargo de quem de direito: os eleitores sem mandato eletivo.

JF - Quais as suas expectativas para as eleições vindouras (outubro/2016). O senhor indicaria um nome para prefeito?

Dr. Edu Fenerich - Com relação às eleições municipais de 2016, as minhas expectativas são as melhores possíveis, afinal, sou um otimista insuportável. Meu candidato, isso não é novidade para ninguém, é o sempre Prefeito Hori. Somos amigos e correligionários. Ele é presidente e eu secretário do PPS. Já caminhamos juntos há mais de uma década. Se Deus quiser, continuaremos a fazê-lo.

JF - Já existe projeto de emenda à lei orgânica para aumentar o número de vereadores de 13 para 15? Caso positivo quem é o autor? E, o senhor é favor?

Dr. Edu Fenerich - Como já afirmei diversas vezes, sou favorável a maior representatividade possível. O orçamento da Câmara é o mesmo com 1 ou com 15 vereadores. Importante lembrar ainda, que a mesma emenda constitucional que permitiu o aumento do número de vereadores, reduziu o orçamento das Câmaras Municipais. Assim, cidades com até 100.000 habitantes como é o caso de Jaboticabal, tinha um orçamento de 8% e agora é de 7%. Essa matéria esta sendo discutida pelos vereadores e, embora a imensa maioria seja a favor, ainda não está nada definido.

JF - O seu projeto que pune os proprietários de imóveis abandonados já entrou em vigor?

Dr. Edu Fenerich - O projeto de lei de minha autoria que pune os proprietários que abandonam seus imóveis foi aprovado por unanimidade pelos vereadores, sancionado e promulgado pelo Prefeito Municipal e, portanto, se transformou em lei. Sua execução, todavia, é de competência exclusiva do Poder Executivo.

Fonte
UM JORNAL A SERVIÇO DO POVO

J.T. De Lima Jornal M.E • CNPJ 10.713.136/0001-00 • Inscrição Municipal 116.231
Jornalista Responsável: João Teixeira de Lima • MTB. 43290
Rua Raposo Tavares, 230 • Recreio dos Bandeirantes, • Cep: 14883-418 • Jaboticabal/SP
Tel (16) 3202-7509 / 99746-9333 (vivo) • 99233-3632 • www.jfonte.com.br
jfonte@jfonte.com.br • jfontemail@gmail.com • facebook:JornalFonteJab

Diagramação: rudyhenrique@gmail.com • *Projeto Gráfico:* www.ivanhp.com.br
Impressão: Impressão Gráfica 1ª página - São Carlos. *Tiragem:* 3.000 exemplares.
Os artigos e matérias assinadas não representam a opinião deste jornal.
As matérias assinadas são de inteira resposabilidade de seus autores.
Anuncie ou assine o Jornal Fonte! Ligue para (16) 3202-7509.

Não foi a Kadima, foi Lourenço, diz secretário de planejamento

Na edição 174 de 17 de dezembro de 2014, publicamos que a Empresa Kadima Engenharia Ltda. – EPP, executou dezenas de projetos de drenagem, pavimentação asfáltica e muitos outros para Prefeitura de Jaboticabal na administração do ex-prefeito José Carlos Hori [PPS – 2005/2012], até aí nada de anormal, não fosse o vínculo entre a Prefeitura e um dos proprietários da Empresa Lourenço Leme da Costa Junior, que à época era funcionário comissionado da Prefeitura e exercia cargo de primeiro escalão.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Com base na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Decreto Presidencial nº 7.724, de 16 de maio de 2012, **QUE REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES** (Lei da Transparência Pública), previsto no Inciso XXXIII do Artigo 5º, no Inciso II do Parágrafo 3º do Artigo 37 e no Parágrafo 2º do Artigo 216 da Constituição Federal, enviamos requerimento para a Prefeitura datado de 15 de dezembro de 2014, solicitando o faturamento da Kadima com elaboração dos projetos, os quais foram elencados no requerimento, para fins de matéria jornalística.

Algumas respostas vieram, mas não continham as informações.

Nossa solicitação foi bem clara, ou seja, os valores pagos a Kadima pela Prefeitura pela elaboração dos projetos, e não pelos executores.

Após muita insistência, o atual secretário de Planejamento André Nozaki, através do OF.SECPLAN Nº 018/2015, informou que todos os projetos listados pelo Jornal Fonte foram elaborados pelo Engenheiro Lourenço Leme da Costa Junior, quando ele exercia a função pública na Prefeitura – secretário de Obras e Planejamento.

Nozaki listou apenas três projetos que foram elaborados pela Kadima no valor total de R$ 95.400 mil, mas já no ano de 2013, ou seja, na atual administração do prefeito Raul Gírio (PSDB).

CURIOSIDADE

Conforme informou o Jornal Fonte na edição 174, a lista dos projetos elaborados constava no site da Kadima (pessoa jurídica), e após a publicação foi retirada. Então fica a pergunta: se os projetos foram elaborados por Lourenço (pessoa física), por que eles foram inseridos como sendo de autoria da empresa?

Retrato do capital

José Fernando Stigliano - Reflexão sobre texto do Jornalista José Arbex Jr.

Se uma tragédia social e política, entre tantas que se multiplicam pelo Planeta, têm o poder de explicitar, por si só, a crise civilizatória que hoje ameaça a Humanidade em seu conjunto, seguramente **a saga dos refugiados** é uma forte candidata ao posto. Segundo a ONU, em 2014 eles somavam cerca de **50 milhões**, entre "internos" (que continuam vivendo fora de seus locais de origem, mas em seu próprio País) e "externos". É um número sem precedentes, quase o equivalente ao total de vítimas da Segunda Guerra. Mesmo um olhar rápido apenas sobre os conflitos mais recentes detecta um quadro aterrador: são seres humanos expulsos de seus lares por guerras civis. (Afeganistão, Síria, Iraque e Líbia), por perseguições étnicas e religiosas (Birmânia, China, Indonésia, Bangladesh, Sudão, Nigéria), pelas gangues de narcotraficantes em luta com exércitos e tropas paramilitares (Colômbia e México), pela extrema pobreza agravada por desastres naturais (Haiti), além, é claro, dos 5 milhões da diáspora (dispersão de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica) Palestina que reclamam o direito a ter o seu próprio Estado.

A miséria reservada aos haitianos que procuraram o Brasil (cerca de 40 mil) oferece uma pálida ideia do que significa ser um refugiado. Seu primeiro desafio é chegar a Brasileia, no Acre, enfrentando uma viagem em condições precárias, que pode durar até três meses, se conseguirem escapar à ação dos "coiotes", e de salteadores e vigaristas de toda ordem. Em Brasileira, o sonho da nova Vida vira um novo pesadelo: as "acomodações" são péssimas, mas lá são obrigados a permanecer, por semanas e meses de espera angustiada – em geral sem falar minimamente o idioma, sem ter como receber notícias da família e menos ainda como comunicar que, pelo menos, chegaram ao seu primeiro destino, enquanto os governos estaduais do Acre e de São Paulo negociam o que fazer com os "indesejáveis", como se fossem cabeças de gado, portadores de alguma peste ou infecção.

Em Maio de 2015, no outro lado do Mundo (Sudeste da Ásia) cerca de seiscentos muçulmanos da minoria **rohinaya**, nativos do Estado Brimanês de Rakhine, lotaram embarcações clandestinas, buscando asilo nas vizinhas Malásia e na Indonésia, fugindo de uma situação de **apartheid** promovido pela maioria budista. Para seu desespero, os governos rejeitaram seu pedido de asilo e eles terminaram abandonados, em uma das Ilhas da região, pelos traficantes que os transportavam. Estavam condenados a morrer de fome, sede e doenças, e só foram resgatados pela Malásia após uma intensa pressão internacional. Outro barco que transportava quatrocentos refugiados de Bangladesh (expulsos por xiitas e sunitas), também foi resgatado nas mesmas condições.

Tornou-se relativamente comum, não bastassem todos os horrores, a prática de escravizar os que buscam refúgio, dada sua situação de desespero e de extrema fragilidade. Redes internacionais de traficantes "vendem" mão de obra para empresários sem qualquer escrúpulo. O Brasil está na rota dos novos navios negreiros. Em 26 de Janeiro de 2012, a rede BBC publicou a seguinte reportagem intitulada: "Refugiados denunciam maus-tratos em fábrica da Sadia", com base na história de Mahmoud (nome fictício), afegão que pagou US$ 5 mil a uma gangue para ser transportado para cá: "Quando completou quatro meses de trabalho e começava a se adaptar à nova Vida, Mahmoud foi transferido de Estado por seu empregador. Dormia sempre em alojamentos apinhados de estrangeiros, que se revezavam nas poucas camas disponíveis. Nas fábricas, executava uma única tarefa com uma faca afiada, degolava cerca de 75 frangos por minuto pelo método **halal**, selo requerido pelos Países de maioria Islâmica que importam a carne brasileira. "Não dava nem para enxugar o suor", ele conta, referindo-se à alta velocidade com que tinha de executar os cortes na linha de abate. Pelo trabalho, recebia cerca de R$ 700 mensais. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior a exportação de frango **halal (frango autorizado)** para Países Muçulmanos rendeu R$ 5 bilhões ao Brasil em 2011. Certo dia, como um colega se adoentou , Mahmoud foi escalado para trabalhar por dois turnos seguidos. Ao se queixar ao Supervisor, foi insultado e demitido. No dia seguinte, outro estrangeiro já ocupava seu lugar".

Em todo o Mundo, aqueles que não são escravizados, permanecendo nos campos de refugiados, são submetidos a condições subumanas. As instalações, em geral, não oferecem as condições mínimas de infraestrutura sanitária. Os "banheiros", não raro cubículos onde são escavadas fossas rudimentares, exalam mau cheiro; as ruelas entre barracos não são calçadas e se tornam puro barro em época de chuva; não são fornecidos medicamentos com a rapidez necessária e nem o atendimento médico é regular; os estoques de alimentos se esgotam rapidamente, de modo que ninguém tem certeza de que haverá o que comer no dia seguinte; os "dormitórios" são grandes barracos que não oferecem qualquer privacidade, quando não são simples conteineres de carga que se tornam insuportavelmente quentes sob o Sol e gelados à noite.

Tudo isso já seria, por si só, suficientemente degradante. Mas torna-se absolutamente insuportável quando se recorda que há cerca de 50 milhões de Seres Humanos hoje nessas condições, e que foram impiedosamente arrancados de seus lares, atirados a uma situação sem perspectiva de Futuro. Muitos eram Engenheiros, Professores, Profissionais Liberais, trabalhadores que tinham família e uma Vida regular, e que agora vivem um trágico pesadelo. Os 50 milhões de refugiados constituem a fotografia real e verdadeira daquilo que a "globalização" e o Capital reservam. A condição animalesca de párias a que foram reduzidos não se deve a causas "naturais", mas a guerras e disputas territoriais que alimentam a Indústria Bélica e as Megacorporações que controlam a Economia do Planeta.

Se a humanidade suporta conviver com a tragédia dos refugiados, se também ela é absorvida como mais um fato inevitável do cotiiano, então soa patética a frase mais ouvida, em 27 de janeiro, durante as cerimônias que lembraram os setenta anos da libertação dos prisioneiros de auschwitz:

"QUE NUNCA MAIS SE REPITA". O espectro do extermínio caminha entre nós.

APA atividades no semestre

A APA (Associação Protetora dos Animais de Jaboticabal) completou o primeiro semestre com 1.110 animais esterilizados. Destes, 408 foram fêmeas caninas, 154 machos, 341 fêmeas felinas e 207 machos. O Setor de Zoonoses da Prefeitura autorizou a esterilização de 427 animais. Centenas de animais foram assistidos clinicamente e cirurgicamente sob a coordenação da APA. Para este mês de julho vamos esterilizar os animais que residem no assentamento rural de Córrego Rico e arredores. Para isso vamos contar com o auxílio de cidadãos para o transporte e a captura dos animais.

Para esses próximos dias, esperamos que o convênio entre a APA e a Prefeitura seja assinado até o final do ano e os repasses sejam efetuados, para que possamos dar continuidade nas esterilizações gratuitas e atendimentos veterinários. Aproveitamos para agradecer a todos os voluntários que nos tem ajudado nesse projeto social de controle reprodutivo dos animais.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE DAVI LINARDI TREVIZOLI, REQUERIDO POR MARIA TERESA LINARDI TREVIZOLI E OUTRO - PROCESSO Nº0001507-11.2014.8.26.0291 - 435/2014

O(A) Dr(a). Alexandre Gonzaga Baptista dos Santos, MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara do Foro de Jaboticabal, Comarca de de Jaboticabal do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 11/09/2014, foi decretada a **INTERDIÇÃO** de DAVI LINARDI TREVIZOLI, CPF 234.108.748-52, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). **Daniel Trevizoli e Maria Teresa Linardi Trevizoli.** O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado na cidade de Jaboticabal em 28 de outubro de 2014.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE ODETE FERES, REQUERIDO POR SUSANNE FERES HENRIQUE SANT'ANNA FERREIRA - PROCESSO Nº0009359-86.2014.8.26.0291.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara, do Foro de Jaboticabal, Estado de São Paulo, Dr(a). Alexandre Gonzaga Baptista dos Santos, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 27.04.2015, foi decretada a **INTERDIÇÃO** de ODETE FERES, CPF 201.880.728-53, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). **Susanne Feres Henrique Sant'anna Ferreira.** O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.**NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Jaboticabal, aos 21 de maio de 2015.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE DIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, REQUERIDO POR JULIANA APARECIDA DE OLIVEIRA - PROCESSO Nº0001687-27.2014.8.26.0291 535/2014

O(A) Dr(a). Alexandre Gonzaga Baptista dos Santos, MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara do Foro de Jaboticabal, Comarca de de Jaboticabal do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 10/09/2014 14:52:48, foi decretada a **INTERDIÇÃO** de DIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF 138.880.838-26, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). **Juliana Aparecida de Oliveira.** O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado na cidade de Jaboticabal em 28 de outubro de 2014.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇãO DE José Garcia Fernandes, REQUERIDO POR Ana Paula Garcia da Costa - PROCESSO Nº0002501-39.2014.8.26.0291.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara, do Foro de Jaboticabal, Estado de São Paulo, Dr(a). Alexandre Gonzaga Baptista dos Santos, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 10/04/2015 17:28:02, foi decretada a INTERDIÇÃO de José Garcia Fernandes, CPF 387.863.469-20, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Ana Paula Garcia da Costa. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Jaboticabal, aos 22 de maio de 2015.

RICARDO G. COLLETES
ADVOGADO

COMDEMA – "MOTO SERRA "

CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE, importante e imponente nome para um órgão que tem o "codnome" de "moto Serra". Lastimável ! Basta um requerimento que o órgão autoriza o abate de qualquer árvore em via ou espaço público. Não existe critério. Não há fiscalização quando há pedido para início de obras (construções), de modo que o proprietário após o fim das obras e que não observou (?) a existência de árvores na via pública em frente a sua casa acorre pedir o abate por incomodar a entrada de veículos. É um absurdo !, mesmo porque os engenheiros e arquitetos, que só pensam em numerário, desprezam a existência de árvores nas vias públicas. E o Comdema avaliza !

Já observamos dezenas de cortes de árvores em vias públicas autorizadas ilegalmente (art. 6º. – Lei n. 2.820/00). As árvores nas calçadas e logradouros públicos devem ser preservada pois tratam-se de bens de toda a população e com o fim de preservação do meio ambiente. Os componentes do Conselho são neófitos neste item, e, o que é pior, a OAB de Jaboticabal não indica alguém para o conselho que tenha como mote a preservação ambiental,e, mais, e pior ainda, é o fato que a nossa Procuradora Municipal (Dra. Senô), a maior "expert" regional em meio ambiente, mestre nesta matéria, estar de toda indiferente a tais acontecimentos. Para coibir ou amenizar os absurdos cometidos temos o grito do Dr. Hamilton Lisi, Promotor Público do Meio Ambiente que também luta pela preservação ambiental,, mesmo contra o direito discricionário do Poder Público Municipal que, no caso, é exercido pelo Comdema.

Na Nova Jaboticabal não existe uma única praça arborizada. Uma delas foi transformada em Escola Estadual. Outra de 20 mil m2, no Jardim Santa Rita, foi loteada pela Leão & Leão. A "Lagoa do Peta" sumiu, foi loteada. E assim vai!!

O atual Prefeito pouco se importa com a preservação do meio ambiente, tanto é que nomeia pessoas despreparadas ou desmotivadas para tal fim. Mas, por certo, será cobrado nas próximas eleições se pretende reeleger-se. Já encomendamos centenas de "baners" com o mote " PREFEITO MOTO SERRA" !!!

Ricardo G. Colletes

Rua Mizael de Campos, nº 241 – Centro - Jaboticabal – São Paulo – CEP. 14.870-400
Fone/Fax: (16) 3202-4141

Fonte
UM JORNAL A SERVIÇO DO POVO
10 anos

ONGs questionam intervenções no Bosque Municipal

Maurício China

A Organização Cultural e Ambiental – ONG OCA, presidida pela Professora Floripes da Silva, encaminhou Of. OCA n° 027 e 030/2015, em 19 e 25 de Maio de 2015, solicitando a Promotoria do Meio Ambiente apoio para a reparação do dano ambiental ocasionado ao Bosque Municipal Francisco Buck.

Nos últimos anos, nesta parte do Bosque estava sendo permitida a recuperação da vegetação, na forma natural e realizados plantios de enriquecimento florestal. Este Bosque é Zona de Preservação no Mapa de Zoneamento e Uso do Solo e no Mapa de Planejamento Ambiental Urbano do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Jaboticabal (Lei Complementar nº 80, de 09/10/2006).

Em 18 de maio de 2015 a ONG OCA, a ONG MUDA, a ONG Abrigo São Lázaro e a população observaram que no Bosque Municipal havia grande movimentação de caminhões e máquinas "raspando" o solo e transportando o material para outro local. As fotos permite identificar que estava sendo removido todo o sub-bosque de parte desta área, o que poderá levar à morte as árvores que permaneceram. A "raspagem" do solo está formando vários caminhos onde estão sendo colocadas guias e sarjetas e demais materiais no leito, o que levará a redução da infiltração das águas no solo. Este procedimento já acontecia em 2012, com viagens de pedra, areia, guia e sargeta, smj, sem as devidas permissões.

Em 23 de maio de 2015 foi observada uma grande quantidade de areia depositada logo na entrada do Bosque Municipal. Para permitir o acesso de pessoas nas visitas monitoradas não são necessários tantos caminhos que levam a drástica redução da permeabilidade do solo, agravada ainda mais com a colocação de guias e sarjetas. O calçamento junto ao tronco das árvores poderá leva-las à morte, sendo que com este calçamento o local poderá voltar a ser usado como estacionamento.

O tipo drástico de intervenção com as máquinas e os calçamentos é contrário ao saudável manejo em área de preservação. A ONG OCA está apreensiva, pois estas intervenções estão desestabilizando um ambiente a ser preservado cujas águas da chuva, que hoje infiltram no solo, serão conduzidas para fora do perímetro do Bosque Municipal e agravarão os problemas com enchentes nesta área crítica do Córrego Cerradinho em área urbana.

ONGs e ambientalistas não conseguem reunião com Prefeito Raul Gírio

Três ONGs (Organizações Não Governamentais) e mais alguns ambientalistas, tentaram uma reunião com o prefeito de Jaboticabal Raul Gírio (PSDB), mas foram atendidos somente pelo Secretário de Governo José Paulo Lacativa. Segundo informou o secretário o prefeito estava em compromisso fora da Prefeitura, sendo que esta reunião do grupo não havia sido marcada previamente com o prefeito.

Na reunião foi solicitado ao secretário que pedisse ao prefeito para esperar um pouco para sancionar o projeto aprovado pela maioria de vereadores na sessão do dia 1º de junho, que trata da mudança de zoneamento da Chácara do Locke. As ONGs entendem que há possibilidade da sessão ser anulada por não ter havido publicidade, entre outros, ou seja, na ordem do dia não constava que o projeto seria discutido e votado.

As ONGs entendem que na sessão ordinária de 1º de junho de 2015, da Câmara Municipal de Jaboticabal, por maioria e na "surdina" os vereadores aprovaram a mudança de Zoneamento, que era Zona de Preservação para Zona Mista, o que permitirá a construção de um condomínio em cerca de 70% da Chácara do Locke.

O Secretário Lacativa se propôs a conversar e encaminhar o pedido das ONGs de audiência com o Prefeito, mas deixou claro que a sanção ou não é uma prerrogativa do chefe do executivo. Para tristeza das ONGs e dos ambientalistas a audiência com o Prefeito não ocorreu e na mesma semana o prefeito Raul Gírio (PSDB) sancionou a Lei, segundo informou a Secretária de Negócios Jurídicos da Prefeitura Mirela Senô.

Entendendo a importância da Zona de Preservação da Chácara do Locke, a emissora de Televisão EPTV-Ribeirão fez uma reportagem que foi ao ar na segunda-feira do dia 22 de junho.

Desabafo de um ambientalista para o Governador

Sim, sou ambientalista. Sim, quero que espaços urbanos e rurais de Jaboticabal sejam zonas de preservação e que Jaboticabal tenha um parque municipal. Sim, peço ajuda ao Governador do Estado de São Paulo, Engenheiro Geraldo Alckmin e ao seu Secretário de Agricultura e Abastecimento, Engenheiro Arnaldo Jardim.

Alguns políticos, "não tenho nem palavras para descreve-los", estão chamando os ambientalistas e ecólogos de "ecochatos", "desocupados", "que não tem o que fazer". Estes políticos demostram uma fobia, um pavor imenso quando alguém tenta preservar espaços ambientais, que leva à melhor qualidade de vida da população. Estes políticos "ecofóbicos" que só pensam em dinheiro é que atravancam o equilíbrio da sobrevivência humana no Planeta Terra.

Prefiro ser solidário ao Padre Molena que durante a missa de Corpus Christi, em 04/06, na homilia deixou claro que a Igreja Católica e seus seguidores devem fazer de tudo para preservar a Amazônia e a Chácara do Locke. Áreas chamadas de "Pulmão do Brasil" e "Pulmão de Jaboticabal".

Prefiro ser solidário aos recentes pronunciamentos, em 30/06, da Presidente Brasileira Dilma Rousseff e do Presidente Americano Barak Obama, onde em entrevista conjunta na capital americana declararam que o mundo precisa unir forças para defender a Amazônia, sendo contra o desmatamento desta floresta chamada "Pulmão do Planeta Terra".

Prefiro ser solidário ao Secretario de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Engenheiro Arnaldo Jardim, que em recente publicação de 24 de junho de 2015, com o título "Papa Francisco e o meio ambiente" escreve o seguinte:

O Papa Francisco estabeleceu uma relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta na encíclica "Laudato Si" sobre o cuidado da casa comum, divulgada no dia 18 de junho, onde ele aponta o comportamento perigoso de um sistema econômico que ameaça o futuro da humanidade. É a primeira vez que um pontífice demonstrou uma preocupação tão direta com a ecologia, afirmando a necessidade de ver, com os olhos da fé, a beleza do plano de salvação de Deus, a ligação entre o ambiente natural e a dignidade da pessoa humana.

Pode parecer exagerada a afirmação do Papa, onde ele diz que "a Terra [...] parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo". Mas ao analisarmos os problemas ambientais existentes, que afetam a qualidade de vida, a oferta de água e alimentos, além de causar enchentes, poluição e contaminação, vimos que isso é uma constatação diante o impacto social e econômico.

Historicamente, os interesses econômicos se sobrepuseram às questões ambientais. Hoje, a sociedade sofre com o uso desmedido dos recursos naturais e com a pobreza mundial num mundo de altíssimo consumo. A preservação da natureza e da biodiversidade garante a proliferação da vida! A preservação da Amazônia e a bacia fluvial do Congo, ou os grandes lençóis freáticos e os glaciares são importantes para o futuro da humanidade.

O governador Geraldo Alckmin está empenhado em buscar novas oportunidades para a reciclagem, sustentabilidade ambiental e utilização de fontes renováveis. Tenho convicção de que devemos ter uma visão integrada com o cuidado ambiental. Precisamos ter a capacidade de converter desafios em oportunidades. É um desafio que vamos enfrentar juntos!

Assim leitores, aceito ser chamado de "ecochato" por estar defendendo a Mãe Natureza para a presente e futuras gerações. Mas não aceito pactuar com os "ecofóbicos" nessa ânsia de dragão da destruição ambiental. Só como lembrança, está escrito que "caixão não tem gaveta", pois seremos cobrados pelo que somos e não pelo que temos.

Investigações em andamento

GAECO/POLÍCIA CIVIL

Em 16 de junho de 2015, a Promotora de Justiça Ethel Cipele e o delegado Luiz Henrique, estiveram na Prefeitura jaboticabalense e recolheram diversos documentos sobre o concurso 001/2014. O Ministério Público/GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) de Ribeirão Preto e a Polícia Civil investigam a PERSONA CAPACITAÇÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI, empresa que realizou este concurso 001/2014, para a Prefeitura de Jaboticabal e mais 20 cidades da região.

Em 25 de junho de 2015 o Sr. Cesar Renato Poletti, Secretário de Administração do Município, comunica que foi determinada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, considerando o recebimento do Ofício 2ª PJJ nº 106/15, a suspensão das nomeações dos aprovados no Concurso Público nº 01/2014 e do Processo Seletivo nº 02/2014, pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir desta publicação, a fim de que se aguarde a conclusão das investigações procedidas pelo Ministério Público e pela Polícia Civil.

CEI

A Câmara de Vereadores de Jaboticabal criou uma CEI (Comissão Especial de Inquérito) para investigar supostas irregularidades no atendimento de usuários da UPA (Unidade de Pronto Atendimento), após a morte de duas mulheres, uma delas grávida de 6 meses.

COMED SOB INVESTIGAÇAO

A Seccional de Polícia de Sertãozinho instaurou o inquérito nº 8/2013, que está em andamento, com base em matérias publicadas pelo Jornal fonte, que algumas delas poderão ser lidas nas edições 102, 149 e 150. Acesse www.jfonte.com.br. Em 18 de março de 2010, a Secretaria de Saúde de Jaboticabal firmou contrato emergencial (sem licitação) com a COMED – Corpo Médico Ltda., (Rua Humberto Ortolan, 480, sala 03, Centro Sertãozinho), para prestação de serviço médicos no Pronto Atendimento Municipal em regime de plantão, pelo prazo de 180 dias (6 meses). Porém, de lá para cá esses contratos foram renovados, inclusive, ao apagar das luzes do segundo mandato do ex-prefeito José Carlos Hori (PPS), em dezembro de 2012. E agora, o TCE (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) julgou irregular o contrato.

MP

A Promotoria de Justiça de Jaboticabal investiga denúncias do ex-chefe do setor de planejamento, o arquiteto e funcionário de carreira da Prefeitura Anderson José Ulian, sobre irregularidades cometidas na aprovação da construção do Edifício Abrolhos, e os loteamentos, Jardim América, Residencial Parque das Araras, desmembramento do residencial Pinheiros I, II e III. Na tarde de 24/02, como publicado em nossa Edição 176 de 12 de março de 2015, o promotor de justiça Hamilton Fernando Lisi ouviu o secretário de planejamento da Prefeitura de Jaboticabal André Kiyoshi Nozaki, e a chefe de gabinete da mesma secretaria Herla Nogueira Petrechen de Vilhena Moraes. Com relação ao loteamento Morada Nova houve contradição ou omissão de informações.

Aprovado pelo GRAPROHAB e pela Prefeitura em 2009, com as chancelas de Silvio Figueiredo e a arquiteta comissionada Terezinha de Fatima Innocente Lamparelly respectivamente, o Loteamento Jardim Morada Nova, situado ao lado esquerdo da estrada vicinal Jaboticabal/Luzitânia, com 772 lotes teve que obedecer e destinar do total de sua gleba10% para área verde/sistema de lazer e 5% para a área institucional, correspondente a 15.791 m². (veja documento ao lado). Em visita ao Loteamento, nossa reportagem constatou que a área institucional está restrita a 3.405,40 m², que é ocupada por um piscinão. Ou seja, não há espaço para construção de escola ou creche, conforme determina a lei, exceto palafitas.

Laudêmio: e a mentira de Jan Nicolau sobre o mapa

Salvo melhor juízo, fomos o primeiro Jornal de Jaboticabal a nos manifestar contrários, a cobrança do Laudêmio, sob o título "**Laudêmio: Exploração ou Imposto Santo**"? – acesse a edição 048 de 04 de maio de 2007. Posteriormente, abordamos na matéria intitulada "**Pequenas Igrejas, Grandes Negócios**", que no País dos impostos, as Igrejas estão isentas – acesse a edição 094 de 12 de dezembro de 2009. Na edição 105 de 25 de junho de 2010, sob o título "**As Igrejas e suas Contradições**", Falamos sobre ostentação da casa do Bispo Jaboticabalense, na época Dom Antônio Fernando Brochini, que estava sendo construída (concluída), em um bairro nobre, enquanto a Igreja de Nossa Senhora Aparecida estava interditada e ainda está para reforma, e a Igreja Universal dava viagem a pastor que mais arrecadava. Na edição 139 de 05 de junho de 2012, sob o mesmo título "**Laudêmio: Exploração ou Imposto Santo"?"– E a pergunta: "O que diria Jesus Cristo a respeito do laudêmio para Igreja"?** Tratamos da vitória da advogada Eliane Jacqueline Ribeiro Guimarães, que impetrou uma Ação por indébito contra a Diocese de Jaboticabal, que foi condenada a devolver dinheiro do laudêmio pela juíza Carmen Silvia Alves, titular da 1ª Vara que entendeu que o Laudêmio deve ser cobrado apenas no valor do terreno, e não pelas benfeitorias a ele agregadas (construção). Este assunto também foi abordado na edição anterior (138 de 17 de maio de 2012).

DIREITOS IGUAIS

Conforme publicado em nossa edição 179 de 11 de junho de 2015, Em Sessão realizada no dia 01 de junho de 2015, de surpresa para a população, os vereadores aprovaram por maioria o projeto de Lei Complementar 22/2014, que altera de ZP (Zona de Preservação) para ZM (Zona Mista) a maior parte da área da conhecida como Chácara do Locke. Afirmamos também, que os vereadores têm todo direito de votar com a sua consciência, isso é democracia, discordamos apenas da forma, o que causou revolta de ambientalistas e defensores da natureza. E, o Padre Molena, fazendo uso do seu direito de cidadão, durante a missa de Corpus Christi, no Ginásio de Esportes, foi mais contundente e disse: "O papa falou em seu pronunciamento e pediu que o Brasil, preserve a Amazônia, e aqui em Jaboticabal a transformação da chácara Dr. Locke em condomínio, que só atende a interesses econômicos é uma atitude tomada pela câmara desumana, inescrupulosa. Não tenho nem palavras para descrever, mas eu apenas digo a vocês povo católico, que conhece, que prova a homilia, não vota em vereadores que não representam a família Jaboticabalense".

FORA DO EIXO

É claro que fala do Padre desagradou os vereadores favoráveis à mudança de Zona de Preservação para Zona Mista, e alguns se manifestaram e repudiaram a fala do Padre. Porém, Jan Nicolau Baakline (PP) saiu fora, do eixo da discussão, e partiu para o ataque, e acusou a Igreja e os seus sacerdotes de criminosos e de roubarem a população quando cobram o Laudêmio fora do perímetro do Mapa. Leia abaixo o que disse o vereador na Tribuna da Câmara durante a sessão ordinária de 16 de junho de 2015.

"O desrespeito deles é tão grande que nem o Laudêmio eles respeitam em Jaboticabal. Porque existe um mapa que tem que ser respeitado, saiu fora do mapa as igrejas não podem cobrar de quem vende seu imóvel fora do mapa. E pior, esse mapa há 10 anos atrás era menor, ele vai aumentando o mapa, e ninguém faz nada. Estou alertando os nossos colegas, os que votaram contra o projeto (chácara do Locke - g.n.) e os que votaram favorável ao projeto. Vamos votar favorável a população de Jaboticabal, fazer alguma coisa que nós possamos fazer para acabar com esse crime, que é cobrar o Laudêmio onde não se pode cobrar. Isso é um crime, é um roubo o que estão fazendo com a população de Jaboticabal. Cadê a vergonha na cara e o respeito? Me dá o direito de eu ir a igreja com 8 mil pessoas e dizer na cara da nossa santidade padre Molena entre outros que vocês estão roubando Jaboticabal quando cobram o Laudêmio onde não pode ser cobrado, existe um mapa e tem que ser respeitado. Tenho vergonha!"

A LEI

Uma coisa é discordarmos de algo que no nosso entendimento está nos penalizando, podemos até achar que é imoral.

Outra coisa é acusarmos alguém de nos roubar, quando nesse caso a Igreja Católica cobra o que lhe é de direito pela Lei, e não é verdade que houve alteração do perímetro do Mapa que é o mesmo desde 1989, segundo proprietários de cartórios ouvidos pelo Jornal Fonte. Pelo contrário, afirmaram que dentro desse perímetro estabelecido, há imóveis que não sofrem essa cobrança. Por essa razão, todas às vezes que ocorre uma venda de imóveis, na dúvida, é preciso consultar o Cartório de Registro de Imóveis Títulos e Documentos e Civil. Inclusive, a cobrança do Laudêmio em Jaboticabal foi objeto de decisão judicial proferida em 15 de abril de 1915. O assunto voltou à tona e a decisão foi mantida pelo corregedor geral de justiça Milton Evaristo em 22 de dezembro de 1989.

A Escola de ontem e a Escola que queremos

A ESCOLA DE ONTEM E A ESCOLA QUE QUEREMOS

A escola do passado era uma escola para poucos e seu principal dever era completar a educação básica garantida pelas famílias. Os alunos que entravam nela, especialmente aqueles que mais adiante seguiam em sua jornada acadêmica, procediam de famílias de posse, cultas e com expectativas de que seus filhos ocupassem importantes lugares profissionais e cargos públicos.

Os poucos privilegiados que conseguiam ter lugar nos bancos escolares chegavam à escola já motivados, recebendo estímulo e incentivo familiares, o que contribuía para sua inserção, adaptação e permanência em um contexto educacional que buscava levar a todos a um nível preestabelecido de conhecimentos e cultura gerais, além de lhes ensinar conteúdos excêntricos, com, por exemplo, caligrafia artística, oratória, noções básicas de desenho arquitetônico. Tratava-se de uma escola conteudística, de transmissão e repetição, cujo centro do processo ensino-aprendizagem era o professor.

A segunda metade do século XX, depois das grandes ditaduras, das guerras civis e da Segunda Guerra Mundial, garantiu a todas as crianças o direito à educação, inscrevendo-a com letras maiúsculas nas cartas institucionais. Na verdade, hoje, na maior parte dos países desenvolvidos, a totalidade dos pequenos cidadãos não apenas tem acesso à escola, mas também, na maioria dos casos, completa o ciclo formativo obrigatório.

Apesar de tudo, "a grande revolução democrática" (Imbérnon, 2010, Sacristán, 2011, Delors, 2011,) ainda não foi capaz de transformar a escola de forma coerente, de modo que a escola atual ainda continua sendo, em essência, para poucos.

Imaginemos a seguinte situação pedagógica: já no primeiro dia de aula, privilegia-se especificamente o ensino da linguagem escrita. Para aquelas crianças que precedem de famílias em que não há livros, revistas, jornais, em que ninguém lê ou escreve, em que não há entendimento mínimo nem valorização alguma das funções sociais da leitura e da escrita, corremos o risco de assistir a conflitos entre o que a escola se propõe a ensinar e a história de vida, interesses e processos identificatórios do estudante. Suponhamos lições de geografia do mundo a alunos que sequer conhecem o bairro onde residem. Outros embates e distanciamentos entre escola e alunos, que, em alguns casos, acabam abandonando as salas de aula. Pensemos em professores que dizem aos pais: "Sinto-muito, mas seu filho não aprende, não segue o ritmo da aula", ou " Seu filho não se empenha como deveria" . Imaginemos, por um momento, que um médico de hospital dissesse a uma mãe: "sinto muito, senhora, seu filho está doente, não sei o que fazer. Se estivesse com saúde, seria diferente". Ora, se estivesse saudável, não teria tido que ir ao hospital, e o que esperamos de um hospital, são justamente bons médicos, capazes de curar os doentes.

Não estamos dizendo que a escola não deve cumprir o seu papel de transmitir a cultura sócio-historicamente construída e acumulada. O que buscamos explicitar é que necessitamos de boas escolas, capazes de incluir e de educar crianças e jovens e, para tanto, é imprescindível o respeito às suas diferentes histórias de vida, singularidades e potencialidades, angústias e sonhos.

É urgente que se criem novas práticas de aula e de gestão escolar, capazes de instigar o estudante a entender novas coisas, a entrar em outro mundo, o da cultura, o do saber, das artes, da ciência, da palavra, do debate, da afetividade e do respeito ao semelhante.

A sociedade contemporânea clama por uma escola que faça frente às formas violentas de exclusão, incapazes de responder às promessas constitucionais, muito menos às exigências sociais.

A responsabilidade pela construção de uma escola inclusiva e que ao menos esteja sintonizada com o mundo atual é de todos nós. Arregacemos as mangas e colaboremos, de um jeito ou de outro.

***Profª Drª Elaine Assolini**
Professora do Depto. de Educação, Informação e Comunicação – FFLCRP -USP

Redução da maioridade penal

***Sara Toledo**

Há, especificamente, certos momentos e fatos na história, que somente a posteriori torna-se possível enxergar as consequências e a densidade de determinadas decisões políticas. A aprovação da Redução da Maioridade Penal aprovada hoje, através da manobra de Eduardo Cunha, presidente da Câmara Federal, caso seja aprovada em uma segunda sessão, além de também acatada positivamente pelo Senado e incorporada à Constituição Federal por meio da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 171/93, insere-se, sem sombra de dúvidas, em tais momentos.

A Proposta prevê que jovens de mais de 16, e menos de 18 anos, sejam presos e sujeitos ao mesmo Sistema Penal de adultos. Embora rejeitada em Sessão Plenária no dia anterior, em que o texto da PEC previa um adicional de roubo qualificado e tráfico de drogas, no dia seguinte, na madrugada de hoje (02.07), a Câmara aprovou a medida, com uma diferença de votos a favor de 28 deputados. Portanto, o texto atual pune os menores infratores em caso de crimes hediondos e graves, seguido de morte. Em contrapartida, o líder do PT na Câmara Federal, Humberto Costa (PT-PE), afirmou que a aprovação de "encarcerar" jovens é "covarde". Segundo Joaquim Barbosa, ex-Ministro do STF, a medida feriu o artigo 5º da Constituição Federal: " Matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada NÃO pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa", declarou Barbosa, no Twitter. Além da crítica aberta à manobra de Cunha, o argumento de Barbosa se firma na crítica às condições dos presídios brasileiros, notadas pelo ex-Ministro quando de suas visitas a diversos presídios do País, internacionalmente conhecidos pelo desrespeito aos Direitos Humanos. Em uma das ocasiões em que Barbosa se manifestou abertamente contra o sistema carcerário brasileiro, afirmou que os presídios brasileiros eram um "inferno", durante palestra em Londres no ano passado...

Em resposta às críticas da oposição, Cunha afirmou que "o governo e o PT tratam a questão como "dois pesos e duas medidas", parecendo reiterar a defesa de que, em caso de crimes hediondos, o menor infrator deva ser preso e punido de acordo com o que prevê a Constituição Federal no que se refere ao Código Penal. Em meio a um oceano de críticas e polêmicos embates, é impossível não nos questionarmos acerca da seguinte questão: até que ponto realmente o Direito deve absorver demandas refletidas pela sociedade e se renovar como um instrumento efetivo de regência da conduta social?. Pois, o que é, uma Emenda Constitucional, senão uma nova forma de regular a conduta social a favor de uma lógica mais justa e equânime?. A discussão parece localizar-se entre a equivocada superficialidade dos fatos, obscurecendo um provável convite a uma reflexão mais aprofundada do tema - deveras necessário - , em detrimento da mera análise dos joguetes políticos entre oposição e governo, alimentando o gradual processo de polarização político-social a qual estamos vivenciando, que, transposto e ampliado para o senso comum, parece converter-se em verdades absolutas aos olhos até mesmo daqueles que por muitas vezes deveriam investigar a questão de maneira mais desapegada e neutra (a chamada neutralidade axiológica). No caso específico, a polarização diante da questão situa-se, basicamente, em dois argumentos: de uma lado uma visão que busca ser mais progressista, que é resguardada por aqueles que se identificam e são identificados pela esquerda (o PT e o governo), e que defendem que, embora a criminalidade seja latente entre os menores infratores, a forma de efetivamente resolver o problema estaria na educação: uma educação de qualidade em que através do ensino fosse possível analisar os valores moralmente adequados inserindo-se na esfera do "cidadão de bem", somados a uma condição material em que as necessidades mínimas de vida fossem atendidas (pergunto-me por que o governo da "Pátria Educadora", afinal, não buscam resolver a questão, quase mitológica, dos crônicos problemas da educação brasileira). Do outro lado, situa-se a resposta oferecida pelo o que se convencionou chamar de direita em tempos correntes (tudo o que se opõe ao PT e é, via de praxe, liderado pelo PSDB), a saber, a Redução da Maioridade Penal seria necessária, pois, caberia às leis a função punitiva, capaz de intimidar os menores infratores. É a velha questão sobre se as leis mudam a sociedade. A sociedade é quem deveria ser responsável em última instância, por alterar as leis. Nesse sentido, é notório que as respostas à questão também se polarizam.

Afinal de contas, até que ponto seria de fato, razoável e sensato, apreendermos a questão pautando-nos, sobretudo, pelos discursos entre oposição e governo?. Talvez um olhar mais acuidado sobre o tema poderia mostrar-nos que respostas fechadas a problemas tão amplos e fragmentados pode não ser a melhor forma de oferecer meios eficientes de solucionar a questão, prevenindo críticas duais e extremistas, como o 8 ou 80 e o famoso preto ou branco. A questão sobre se o que foi feito na Câmara Federal pode realmente surtir efeitos sociais positivo ou negativos, isso, a história - mesmo que com seus tantos olhos ideologizados - , nos mostrará, caso a Proposta seja posteriormente de fato incorporada à Constituição. Contudo, de uma coisa pode-se ter certeza: os efeitos políticos da aprovação da proposta já despontam e agravam a contínua reiteração do movimento polarizado que a política brasileira tem atravessado.

***Sara Toledo é socióloga, doutoranda em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (Unesp - Unicamp- PUC-SP) e vinculada ao NEAI- IPPRI (Núcleo de Estudos e Análises Internacionais do Instituto de Políticas e Relações Internacionais da Unesp.**

Fonte
UM JORNAL A SERVIÇO DO POVO
10 anos

Plínio de Arruda Sampaio

José Fernando Stigliano – Reflexão sobre o texto do Jornalista Paulo Rogério Gilani

Formado em direito, socialista, católico e um ávido internauta, Plínio, que nasceu em 26 de Junho de 1930, em São Paulo, conseguiu a proeza de conquistar as mentes e corações dos jovens durante a campanha presidencial de 2010 e nas manifestações de Junho de 2013. Apesar de sua idade já avançada, não era problema para ele levar suas propostas socialistas aos mais jovens. E foi na juventude que Plínio começou na política. Primeiramente no movimento Juventude Universitária Católica (JUC). Foi coordenador do Plano de Ação Geral do Estado de São Paulo durante o governo Carvalho Pinto (1958/1962). Entrou para o Partido Democrata Cristão (PDC) e foi eleito deputado federal. Foi cassado em 1964 pelo regime militar e viveu exilado até 1976.

No retorno ao Brasil, Plínio participou da fundação do PT em 1980 e da campanha das Diretas Já em 1984. Foi eleito deputado na Assembleia Nacional Constituinte, ocupou a vice-liderança do PT em 1987; e, em 1988, quando Luiz Inácio Lula da Silva deixou o comando da bancada, ele assumiu. Em 1990, foi o candidato petista ao governo paulista.

Após 25 anos, Plínio deixou o PT em 2005 e ingressou no então recém-lançado Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do qual se tornou um dos maiores dirigentes. Os princípios defendidos continuaram os mesmos durante sua carreira política: a reforma agrária radical, a reforma urbana, a taxação das grandes fortunas, o controle sobre a dimensão das propriedades rurais e a Educação Pública gratuita, com investimentos de 10% do Produto Interno Bruto.

Aos 83 anos, 60 deles de luta pela criação e expansão da esquerda no Brasil com vistas às conquistas sociais que sempre sonhou, avô, pai de seis filhos, o ex-deputado federal Constituinte, Plínio de Arruda Sampaio, morto em 8 de Julho, conseguiu a proeza de continuar admirado pelos jovens brasileiros até seus últimos dias. O deputado federal Ivan Valente, membro do diretório nacional do PSOL, lembra também que "outra marca da sua carreira política foi a de sempre se manter à esquerda na composição dos partidos políticos brasileiros". Petista histórico, o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) lembra que sua relação com Plínio começou quando ainda era muito jovem em reuniões religiosas na casa de seus pais. "Desde sempre sua atuação foi marcada pela firmeza de propósitos e coerência política. Sempre lutou pela justiça social para atingir o grau de fraternidade e igualdade entre os brasileiros", definiu Suplicy. Desde então Plínio e Suplicy caminharam juntos na política.

O senador petista lembra que Plínio, depois de voltar do exílio, que durou de 1964 a 1976, idealizou um partido de esquerda democrático e de massa, ao lado de políticos da ala esquerda do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Resolveu apoiar ao Senado o candidato Fernando Henrique Cardoso pela sublegenda do MDB em 1978. Ficou acertado que, caso FHC tivesse mais de um milhão de votos, criariam o Partido Socialista Democrático Popular (PSDP)."FHC teve 1,6 milhão de votos, mas recuou da criação do partido com a justificativa de não provocar o divisionismo na oposição", relata Suplicy. Sem o seu PSDP, Plínio atuou de forma fundamental junto a políticos do MDB e sindicalistas para a criação do Partido dos Trabalhadores. Suplicy também destaca a atuação do Plínio na campanha presidencial de 2010 pelo PSOL. "As tiradas de Plínio nos debates e, depois, nas redes sociais (Twiter) o transformaram na estrela dos debates, mesmo sem chances de vencer a eleição", lembra Suplicy. "Nossa candidatura será a mosca na sopa da burguesia", costumava afirmar Plínio. Ele recebeu 886 mil votos, o equivalente a 0,87% do total. Primeiramente companheiro no PT depois no PSOL, o deputado federal por São Paulo, Ivan Valente, afirma que Plínio teve uma carreira política que surpreendeu a todos. "Começou num partido político católico e foi se deslocando para o espectro da luta de esquerda do nosso País durante toda sua história política partidária", destaca Valente. Ele se lembra da atuação de Plínio, principalmente a partir de 1964, pela anistia, pelas liberdades democráticas e por um programa popular. "Lutava pela democratização dos meios de comunicação de massa, pela distribuição de renda e por um projeto de soberania nacional para o nosso País, sem contar com a sua luta histórica pela reforma agrária", enfatiza o deputado.

Segundo Ivan Valente, Plínio de Arruda Sampaio vai ficar marcado na sua memória como um homem de formação cristã, dedicado nas suas tarefas que assumia, com seu sorriso largo, tolerância política e atuação sempre ao lado dos despossuídos. "O Plínio foi uma pessoa que encantou a muita gente. Por isso, inclusive, conseguiu, até o fim da vida, ser admirado, por um espectro amplo, desde a direita até a esquerda, além de encantar a juventude, apesar dos seus 80 anos", definiu Valente.

Autor de quatro livros sobre política, Plínio de Arruda Sampaio estava trabalhando na tradução para o Português do livro People's History of the World, um livro que conta a história do mundo por meio da visão do povo, que não pôde concluir devido à piora de seu estado de saúde.

Tive um enorme prazer e emoção em cumprimentá-lo, quando de sua campanha em nossa Jaboticabal, para o Governo de São Paulo pelo PT, em 1990. Era de uma delicadeza e solidariedade que nos cativou... O Brasil teve uma grande perda: como ser humano e homem público...

Universidade, violências e Direitos Humanos

*Clodoaldo Meneguello Cardoso

Muito se têm propalado pela imprensa os atos de violência ocorridos em várias universidades públicas brasileiras. São trotes agressivos, atitudes de racismo, homofobia, autoritarismo, assédio sexual, estupros e outras violências, sofrimentos físicos e humilhação moral.

O fenômeno não se restringe ao Brasil; tem presença em universidade de vários países e tem perfil bastante semelhante. Nos EUA, o Departamento de Educação do governo, juntamente com a Polícia Federal, investiga casos de abusos sexuais de dezenas de Universidades, entre elas a renomada Harvard. Aqui, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo investiga as denúncias de estupro, tentativas de estupro e outros casos de violência nas universidades públicas do estado. E na UERJ não é diferente. Só em 2014, foram registrados 5 casos graves de violência na Universidade. A Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina estuda medidas para diminuir a crescente violência na Universidade.

A violência no interior da universidade tem múltiplas e complexas causas. Podemos relacionar algumas ao modus vivendi individualista da cultura contemporânea; outras têm origem na própria estrutura da sociedade brasileira, marcada por desigualdades; há ainda aquelas relacionadas ao uso e abuso do álcool e outras drogas e ainda podemos situar causas na condição da juventude em processo de formação biopsíquica e moral.

Há, contudo, um conjunto de causas que nos diz respeito enquanto educadores: são aquelas relacionadas à formação ético-política de nossas crianças, adolescentes e jovens no processo da educação formal e informal.

Indivíduo nenhum nasce com esta ou aquela mentalidade. Sua visão de mundo é construída a partir de suas experiências de vida sedimentadas pela educação informal e formal.

A educação, portanto, a educação tem um papel importante, mas não exclusivo, na transformação de mentalidades e comportamentos.

Muito do comportamento individualista, de pouca consciência crítica e responsabilidade social, de alunos e docentes universitários são frutos da educação liberal recebida desde a infância, em que se enfatiza a formação como um processo fundamental de aprimoramento pessoal intelectual e moral, como conquista exclusivamente pessoal e para fins pessoais. Neste contexto a responsabilidade social do indivíduo fica apenas num plano de solidariedade funcional e profissional ou no máximo em projetos pessoais assistencialistas. Toda e qualquer ascensão ou fracasso nas etapas de formação escolar ou profissional é vista como conquista exclusivamente individual.

A escola não (ou pouco) proporciona vivências reflexivas de convivência na diversidade, de ações coletivas de participação democrática, de solidariedade e de sensibilidade ética em relação ao outro. A educação liberal favorece atitudes de individualismo, prepotência e autoritarismo que são a antessala da discriminação, do racismo, da homofobia e da violência contra a mulher e de outras violências.

A Educação em Direitos Humanos, na visão contra-hegemônica e emancipadora, procura contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de respeito à dignidade humana sem discriminação e de uma convivência de solidariedade entre pessoas, grupos e povos. Há consciência de que este objetivo somente é atingido com mudanças estruturais na sociedade; por isso, a EDH atua no combate às violências comportamentais de indivíduos e grupos, em especial àquelas violações dos direitos humanos oriundas da cultura conservadora, autoritária individualista que é a base de sustentação de discriminações, preconceitos e de toda sorte de exploração e humilhação do outro.

A partir dessas considerações, é possível pensar um dos aspectos das violências em nossas universidades ponto de chegada da educação formal. Quais valores ético-políticos estamos estimulando em nossos alunos? Há realmente uma preocupação pessoal e institucional da dimensão social e política em nossos PPP – Projeto Político Pedagógico? Qual o grau de comprometimento pessoal e institucional com a responsabilidade social de Universidade Pública, num país e num continente ainda marcado por profundas desigualdades? Docentes, alunos e funcionários têm participação efetivamente democrática nas decisões da vida acadêmica? Há preocupação com humanização das relações intersubjetivas na vida acadêmica?

Estes aspectos precisam estar no conjunto das reflexões e medidas de combate às violências na Universidade, melhor dizendo, na construção de uma Universidade humanizada, reflexiva e democrática.

A Educação em Direitos Humanos tem propostas a contribuir.

***Clodoaldo Meneguello Cardoso é coordenador do Observatório de Educação em Direitos Humanos da Unesp.**

Bebidas alcoólicas e jovens

*Raul Aragão Martins e Luciana Ap. Nogueira da Cruz

As bebidas alcoólicas fazem parte das substâncias psicoativas (SPA) que atuam no sistema nervoso, geralmente produzindo sensações agradáveis. Inicialmente de obtenção difícil e produção restrita elas eram utilizadas somente em cerimônias religiosas ou festas coletivas, em determinadas épocas do ano. Com a revolução industrial a produção foi incrementada e, como mais uma mercadoria, passou a ter o seu uso incentivado fortemente por meio de campanhas publicitárias muito bem elaboradas.

Esta situação, uma droga com venda legalizada para maiores de 18 anos de idade, mas com controles ineficazes para os que ainda não atingiram esta idade, só se torna notícia quando ocorre uma tragédia, como a morte no trânsito, sendo motorista, carona ou pedestre atingido por alguém embriagado, ou por excesso de uso (Overdose), como o que ocorreu com um de nossos alunos no início deste ano.

Esta situação nos leva a refletir alguns pontos sobre a relação bebidas alcoólicas e jovens, pois são estes que estão em nossa Universidade, em busca de formação para o pleno exercício da vida adulta. O primeiro deles se refere como a televisão trata o tema, com apresentações de confrontos entre policiais e traficantes de drogas ilegais ou dramas familiares provocados por dependentes de drogas, como o crack, para, na mesma programação, veicular comerciais de bebidas alcoólicas, especialmente de cervejas. Estudos mostram que a mídia destinada ao público jovem não deixa claro que embora bebidas alcoólicas sejam lícitas, elas também são drogas, e, portanto, acarretam danos à saúde e prejuízos sociais.

O segundo ponto é a necessidade de deixar claro para estes grupos o que é "Beber com Moderação", frase que um locutor anuncia ao final das propagandas de cerveja, mas não explica o que estas palavras significam. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define esta conduta como duas doses por dia para homens e uma para mulheres. Entendendo-se por dose toda a bebida que tenha cerca de 12 gramas de álcool puro. Em termos práticos esta quantidade é encontrada em uma lata de cerveja (350 ml), um copo de vinho (150 ml) ou em uma dose de destilado, como pinga, uísque ou conhaque (36 ml). Da cerveja para a pinga diminuí-se somente a quantidade de água em que o álcool está diluído.

O terceiro ponto é o nível de álcool no sangue (NAS), que dependerá da quantidade de doses ingeridas, peso e sexo da pessoa. Tomando, por exemplo, um rapaz que pese 60 quilos e beba uma dose em uma hora, ele alcançará o NAS de 0,025 e caso beba duas doses passará para 0,050. Por sua vez se ele beber cinco doses em três horas, ele atingirá o nível de 0,093 e ficará embriagado, ou mais grave, se beber as cinco doses em uma hora alcançará o nível de 0,125. Estes cálculos podem ser facilmente simulados em uma planilha eletrônica disponível no endereço www.viverbem.fmb.unesp.br. Estes números são para rapazes, pois o álcool é uma droga que tem efeito diferenciado no organismo feminino. As moças têm menos enzimas que metabolizam o álcool, o que as tornam mais sensíveis a esta substância. Lembrando, também, que uma dose leva em média uma hora para ser eliminada e "banhos frios" ou "café amargo" não altera o ritmo do metabolismo.

O quarto, e último ponto, refere-se às teorias sobre droga dependência, que consideramos como resultado de fatores biológicos, sociais e psicológicos. O fator biológico se refere ao nível da enzima que metaboliza o álcool, pois se for alto, a pessoa beberá muito até perceber os efeitos negativos da bebida. Os fatores sociais podem ser sintetizados em uma sociedade que permite que seus adolescentes e jovens sejam bombardeados por sedutoras propagandas muito bem elaboradas que estimulam o consumo de bebidas. Lembrando que a propaganda de tabaco foi retirada da mídia e ano a ano o número de tabagistas diminui em nosso país. Entre em fatores psicológicos temos baixo nível de habilidades sociais e intolerância à frustração. A combinação destes fatores pode levar a situações em que o consumo de bebidas alcoólicas se inicie precocemente, em média aos 14 anos de idade, de acordo com as pesquisas sobre o tema.

Finalizando, para prever problemas decorrentes do uso excessivo de álcool, como os que ocorrem em festas de estudantes, recomendamos a implantação de programa para identificação precoce dos alunos que apresentam um padrão de risco, para aplicação posterior de intervenção breve voltada a abstinência ou moderação de uso. E, principalmente, a sensibilização e conscientização dos jovens sobre os prejuízos e riscos associados ao consumo de bebidas alcoólicas.

*Raul Aragão Martins e Luciana Ap. Nogueira da Cruz são professores da Unesp. Lecionam no Departamento de Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas do Campus de São José do Rio Preto. Contatos: raul@ibilce.unesp.br e lucruz@ibilce.unesp.br

Unesp: 40 para trás, 40 para frente

*Valdemir Pires

No dia 30 de janeiro de 2016 a Unesp completa 40 anos. Lançado para trás, o olhar recolhe dessa história muitos louros, muitas conquistas, avanços acadêmicos incríveis para tão pouco tempo. Se hoje a colheita se mede em graus crescentes de internacionalização e em volumes acelerados de produção científica reconhecida e citada, de egressos em todos os níveis do ensino superior, de pesquisas relevantes em todas as áreas do conhecimento, no passado ela foi aquilatada pela criação de oportunidades de acesso ao ensino superior (tão escassas), pela presença de centros de formação e pesquisa em diversos e às vezes esquecidos pontos do Estado de São Paulo, pela iniciativa governamental para superar o raquitismo quantitativo e qualitativo da universidade no país. Tudo graças a lideranças políticas e universitárias cuja memória cabe hoje reverenciar, tomando como positivo e significativo o saldo obtido descontando-se os erros dos acertos. E sem deixar de considerar que o sujeito coletivo – a comunidade acadêmica unespiana como um todo, em seu devir histórico – é, de longe, o único herói de quem todos, sem exceção, são devedores.

O momento atual encontra a Unesp madura e robusta, sem perder o frescor necessário ao exercício da reflexão, da pesquisa, do ensino, do debate. Mas também lhe coloca desafios novos, de difícil enfrentamento, entre os quais se sobressaem o dilema do financiamento público (em contexto de recorrentes crises fiscais e permanentes disputas por fatias orçamentárias) e as exigências contemporâneas para o reconhecimento na comunidade científica global, que impõem padrões de excelência extremamente elevados, com o agravante de desconsiderar as diferenças históricas e as distintas demandas que recaem sobre as instituições universitárias dos países em desenvolvimento.

Mesmo sem esmiuçar esses macrodesafios em itens e tópicos dos fazeres e da gestão universitária, é possível perceber, com facilidade, que o futuro da Unesp exige, para ser bem-sucedido, uma condução muito esclarecida e cautelosa das políticas internas e das relações (com a sociedade, com os governos e com os atores do ambiente científico local e internacional etc.), cujo traçado, implementação e monitoramento só é possível sob lideranças extremamente hábeis - científica, administrativa e politicamente; capazes, sobretudo, de urdir pactos com toda a comunidade e entornos, identificando jogos de ganha-ganha legítimos e articulando programas, planos, projetos e atividades eficientes, eficazes, efetivos e financeiramente sustentáveis, convincentemente vantajosos para a comunidade que sustenta o orçamento da instituição. Disso dependerá o que poderá ser visto por um olhar que se lance sobre os próximos 40 anos.

No ambiente complexo e conflagrado de um mundo e de um país que parecem viver um "momento intervalar" (de busca de rumos com bússola titubeante) a tarefa fundamental para que a Unesp não se perca, nem desperdice tempo, recursos, talentos, e oportunidades é não perder de vista, ter sempre em mente e em pauta, nos diálogos prospectivos e nos esforços diagnósticos, alguns valores e princípios, dos quais parece útil destacar os seguintes, neste exato momento:

- universidade não é fábrica e a produção e a produtividade acadêmicas não podem ser avaliadas com os mesmos padrões, ritmos e métricas utilizados no ambiente fabril, mesmo tendo este se transformado, também, num espaço denso em conhecimento, em que o braçal perde espaço para o cerebral;

- gestor acadêmico não é capataz e, portanto, não pode lançar mão de outros instrumentos para obter resultados senão o diálogo, o argumento, a negociação: acima de tudo, é par;

- autonomia universitária não pode ser confundida com soberania, pois esta nem o governante possui diante da sociedade, de quem recebe mandato temporário; mas, por outro lado, a universidade não pode responder sempre positivamente a demandas e aceitar passivamente as restrições originadas dos governos que a sustentam – seu senso crítico é uma reserva a serviço e a bem da sociedade;

- ciência de qualidade não tem padrão único e selo internacional de validação inquestionável: o diálogo entre o conhecimento que se produz no mundo com os problemas e possíveis soluções cabíveis à realidade nacional é fundamental – sem ele o máximo que pode ocorrer é a reprodução do pensamento e a réplica de erros e acertos, sem densidade nos processos de construção do saber e portanto, sem conquista significativa para o conhecimento e para a capacidade de ampliá-lo;

- internacionalização das instituições universitárias é consequência da excelência e não resultado de exigências ou incentivos para simplesmente "internacionalizar" a pesquisa, sem que isso implique qualquer rejeição à ambição de diálogo com os centros de excelência no mundo;

- sem que volte a ser um ambiente cultural rico e estimulante (no qual as Humanidades desempenham papel chave), a universidade não será mais do que qualquer outro espaço de produção e disseminação de conhecimento, provavelmente tendo dificuldades para competir com outros espaços similares, inclusive aqueles no interior das empresas;

- o uso de tecnologias facilitadoras do aprendizado e ampliadoras da produtividade científica é um dado de realidade inevitável, mas não deve turvar a certeza de que a interação humana e o contato intergeracional, tanto quanto possível dotados do calor da antiga relação mestres-discípulos (reinventada e reencantada), têm valor em si, nos fazeres universitários, e devem ser preservados a todo custo nos processos de ensino-aprendizado e de iniciação-orientação.

Feliz aniversário, Unesp, muitos anos de vida! Muitas vidas em suas veias, muitas veias em seu corpo, irrigadas pelo apreço ao conhecimento e aquecidas pelo sopro da sabedoria!

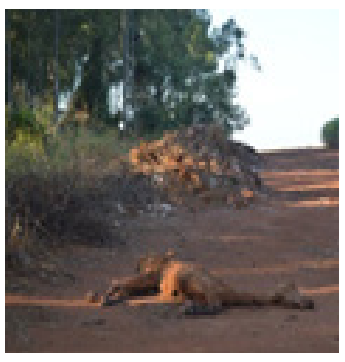
*Valdemir Pires é economista e professor do Departamento de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara há 10 anos dos 40

Denúncias ajudam na defesa do meio ambiente

O meio ambiente está sufocado, e o bicho homem caprichosamente acelera sua destruição. Há cerca de três quilômetros de Jaboticabal (Bairro Recreio dos Bandeirantes), à margem esquerda da vicinal do Distrito de Luzitânia, existe uma reserva de mata com aproximadamente 70 mil m², conhecida como Retiro São Pedro que está servindo de depósito de lixo e animais mortos. Aliás, esta é terceira vez que o Jornal Fonte fala deste local, cuja mata pode ser avistada do Bairro Morada Nova. Inclusive, um incêndio no canavial e o desmatamento selvagem quase a destruiu, e graças as nossas denúncias, tanto lá quanto nos arredores está sendo feito um belíssimo reflorestamento. Mas imbecis travestidos de seres humanos querem porque querem matar o que resta das poucas reservas existentes.

A Polícia Ambiental tem suas ações voltadas ao policiamento preventivo e, se necessário, repressivo (autuação) referente à fauna, flora, recursos naturais e demais intervenções de competência. Atendendo ao Programa DISQUE-DENÚNCIA, ela recebe denúncias de crime ambiental pelo telefone 0800-113560 e telefone 3202-2122.

Salvem A NATUREZA! Denunciem os malfeitores.



Planalto Verde tem rua "morta" que termina no cemitério

Maurício China

Quem passa pelo Loteamento Planalto Verde não está conseguindo entender como ficarão o sistema de drenagem pluvial e o sistema de coleta de esgoto do futuro bairro. Será que estamos encontrando mais um loteamento com problemas de projeto, onde a Prefeitura terá que arcar com soluções "meia boca"?

Este Loteamento faz divisa com o Cemitério Municipal, inclusive tem uma de suas ruas que termina no muro do Cemitério Municipal. Esta rua "morta" fica "sem saída" e pessoas e carros podem "dar ré" e voltar para trás. Mas as águas da chuva vão forçar uma saída ou ficar represadas. Isto também vai acontecer com os canos de coleta de esgoto.

A solução para a água das chuvas será novamente construindo um "piscinão" em área pública institucional ou em área pública verde? Ou irão cortar todo o cemitério para passar as galerias e tubulações?

Vereadores tiveram pressa para votar, mas sem pressa entregar documentação

Maurício China

Pressa de coelho para aprovar. Vagareza de tartaruga para entregar documentos para a população. Onde está a transparência nos atos do Legislativo?

Na sessão ordinária de 1º de junho de 2015, da Câmara Municipal de Jaboticabal, por maioria, na "surdina" e na "escuridão da meia-noite" os vereadores aprovaram a mudança de Zoneamento, que era Zona de Preservação – ZP e foi alterada para Zona Mista - ZM, o que permitirá a construção de um condomínio ou talvez qualquer outra coisa em cerca de 70% da Chácara do Locke.

A participação efetiva da população de Jaboticabal na defesa para que esta área continuasse como Zona de Preservação, como consta do Plano Diretor de 2006, teve início há mais de dois anos (em 11 de abril de 2013) com um abaixo assinado que chegou a 4.400 assinaturas constando próximos 10% dos eleitores de Jaboticabal.

A própria Presidência da Câmara considerava assunto importante e de interesse popular, pois há mais de um ano (Resolução nº 362 de 19 de maio de 2014) criou uma Comissão de Assuntos Relevantes para estudar e propor soluções para os problemas relativos à Chácara do Locke e Bosque Municipal Francisco Buck.

Mesmo com as 4.400 assinaturas que demonstra o interesse da população, a Câmara de vereadores não divulgou na ordem do dia deste 1º de junho que seria discutido e votado o Projeto de alteração de ZP para ZM. A Seção se tornou confusa e obscura para a população, pois às 21 horas foi lido na tribuna pelo Vereador Professor Amaral (PV) um relatório da Comissão Relevante composta por 15 páginas (com data de 15 de maio de 2015), as 23 horas foi colocado o Projeto de alteração em votação e, pasmem, as 24 horas (sim a meia-noite!) foi aberta uma nova Seção Extraordinária e colocado o Projeto de alteração em segunda votação.

O resultado da votação foi apertado. Caso um dos nove vereadores que votaram pela alteração de ZP para ZM mudasse de opinião em função do grande apelo popular, a Chácara do Locke permaneceria como sempre esteve em seus 120 anos de vida em mãos da Família Locke, ou seja, hoje a Chácara do Locke estaria mantida como Zona de Preservação.

Os nove vereadores que votaram pela mudança de zoneamento para permitir a construção dos condomínios foram os seguintes: Professor Amaral (PV), Wilsinho Locutor (PV), Professora Maria Carlota (PT), Serginho Ramos (PPS), Doutor Edu Fenerich (PPS), Doutora Andrea Delegada (PSDB), Vitório de Simoni (PMDB), Jan Nicolau (PP) e Roberto Raymundo (PSC). Os outros quatro que votaram contra a mudança foram os vereadores Professor João Roberto (PT), Junior de Vitto (PTC), Carmo Jorge Reino (PV) e Rubinho Gama (PTB).

A população, se sentindo enganada, pediu alguns documentos para entender o que aconteceu. Este pedido da população foi feito no dia 08 de junho e já estamos em julho e ainda não recebeu estes documentos.

Interesses nas partilhas de governos pós-eleição

Maurício China

Nestas terras de "Brasis" está cada vez mais frequente, agressiva e "transparente" o pagamento inescrupuloso das dívidas de campanhas eleitorais. Secretários municipais e assessores são indicados por "QI" (Quem Indica). Concursos públicos são fraldados para que os candidatos sejam classificados por "QI". Licitações públicas são manipuladas para que vençam as empresas qualificadas por "QI".

A democracia e a igualdade de oportunidades não são aplicadas como previstas nas Constituições Brasileira, Estaduais e Municipais. O "jeitinho brasileiro" prevalece sobre a Lei e quem não participa desta "zorra total" é descartado. Os honestos e escrupulosos estão em desvantagem na relação pública x privada. As pessoas chamadas "do bem" estão tornando-se pessoas "não gratas" no sistema.

Várias relações inescrupulosas estão sendo divulgadas pela imprensa envolvendo favores que levam a propinas de milhões e até bilhões de reais. O dinheiro público proveniente dos impostos pagos pela população torna-se moeda de troca para conseguir favores e benefícios pessoais.

Independente de quais são os governantes eleitos, Jaboticabal e região precisam de instituições como a Amigos Associados de Ribeirão Bonito – AMARRIBO Brasil para coibir irregularidades. Esta instituição em seu livro "O Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil" (5ª Edição - São Paulo: Cultural, 2012) conta sua história para o controle social.

A AMARRIBO alerta que: "Os corruptos... se unem para desqualificar as ações e as pessoas que denunciam a corrupção... formar uma rede com poder e força de intimidação... para aniquilar seus contestadores... Os corruptos atrasam... prejudicam o desenvolvimento de toda sociedade".

Munícipes reclamam de carretas que transportam postes

É comum avistarmos circulando pelas ruas e avenidas de Jaboticabal grandes carretas transportando os mais variáveis produtos, e é claro que elas incomodam por atrapalharem o trânsito, danificarem calçadas e rachaduras em paredes de residências.

Em agosto de 2013, um grupo de moradores encaminhou um abaixo-assinado com 32 assinaturas para a Prefeitura alegando que a Empresa B. Tobace Instalações Elétricas e Telefônica Ltda., situada na Avenida Paulino Braga, 1200, Aparecida, possui um depósito de postes de rede elétrica que não é pavimentado, e com o movimento dos caminhões a poeira causa sujeira nas residências e problemas respiratórios, além do mais, o peso dessas carretas carregadas com postes de concreto causam tremor nas casas e provocam rachaduras. Acrescentam também, que como aquela parte da Avenida é mão-dupla e vários veículos são estacionados de ambos os lados, exige manobras perigosas dessas carretas que passam bem próximas da rede elétrica. Sobre abaixo assinado, não houve qualquer providência das autoridades.

OUTRO LADO

Nossa reportagem procurou a direção da Empresa, e como no dia não havia ninguém que pudesse conversar conosco, no dia seguinte o advogado da Tobace nos telefonou e disse que já foi adquirido um terreno no Distrito Industrial, para onde ela se mudará, mas não soube precisar uma data. Afirmou ainda, que qualquer prejuízo que por ventura ocorrer nas casas da vizinhança será reparado imediatamente, e que conversará com a direção e com o Departamento de Trânsito, para resolver a questão dos veículos estacionados dos dois lados da Avenida e com isso facilitar o tráfego dessas carretas no local. Que o bom senso prevaleça.

Dia do Bombeiro

Em 2 de julho de 1856 foi criado no Rio de Janeiro, o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, que teve por comandante o major João Batista de Morais Antas.

Para comemorar a data em Jaboticabal 10 homens, sob o comando do Primeiro Tenente Estéphe, fizeram uma simulação de princípio de incêndio em local elevado com vítima. A simulação teve início às 09:30 horas e terminou por volta das 10:30 horas no edifício Florença na Avenida General Glicério – Centro.

CORPORAÇÃO DE HERÓIS

Negar o esforço e a dedicação desses homens e mulheres para salvarem vidas é negar a própria história. Porém às vezes acontecem fatos desagradáveis, que são mais lembrados do que os agradáveis, como no caso de veículo que pegou fogo na Avenida Carlos Berchieri e teria havido uma falha daqueles que atenderam a ocorrência. Erros acontecem e todos nós estamos propensos a cometê-los. O importante é que o pêndulo da balança sempre mostrou a que os acertos prevaleceram e prevalecem.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE JABOTICABAL
FORO DE JABOTICABAL
1ª VARA
Praça do Café, s/nº, ., Aparecida - CEP 14870-230, Fone: (16) 3203-3211, Jaboticabal-SP - E-mail: jabotic1@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo Físico nº:	**0001632-76.2014.8.26.0291**
Classe – Assunto:	**Notificação - Compromisso**
Requerente:	**Andréa Franco de Oliveira Campana e outro**
Requerido:	**Emerson Marcio Gerônimo e outro**

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE NOTIFICAÇÃO DE EMERSON MARCIO GERÔNIMO E PATRÍCIA MARÁ C. GERÔNIMO, REQUERIDO POR ANDRÉA FRANCO DE OLIVEIRA CAMPANA E RONALDO CÉSAR CAMPANA - PROCESSO Nº0001632-76.2014.8.26.0291.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de Jaboticabal, Estado de São Paulo, Dr(a). Carmen Silvia Alves, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos requeridos Emerson Márcio Gerônimo, brasileiro, técnico agrícola, portador do RG 30.165.147-4 SSP-SP, inscrito no CPF 156.135.288-88, casado com Patrícia Mará C. Gerônimo, brasileira, portadora do RG 29.102.288-1 SSP-SP, inscrito no CPF 191.100.048-90, que lhe foi proposta uma ação de Notificação por Andréa Franco de Oliveira Campana e Ronaldo César Campana, alegando em síntese: "Os autores intentaram a ação visando a notificação dos requeridos, em razão de inadimplência em relação à aquisição de um lote de terreno designado com lote 109 e 110 da quadra 05, localizado no Loteamento denominado Residencial dos Ipês, na cidade de Jaboticabal-SP." Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada as suas NOTIFICAÇÕES POR EDITAL, para que efetuem o pagamento das prestações em atraso, sob pena de constituição em mora. Para que chegue ao conhecimento de todos e em especial dos requeridos acima qualificados, será este edital afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Jaboticabal, aos 16 de abril de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CREMESP debate a falta de leitos para gestantes na região

Com a presença de prefeitos da região, secretários municipais, profissionais e autoridades ligadas à área de saúde, o CREMESP (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), por meio de sua Delegacia Regional de Ribeirão Preto, realizou encontro na noite de 6 de julho, na Câmara Municipal daquela cidade, para debater as estratégias para vencer a falta de leitos na região destinados a gestantes de alto risco.

Jaboticabal esteve representada na reunião pelo Delegado Regional do CREMESP, o médico Nereu Rodolfo Krieger da Costa, que é diretor Clínico do Hospital e Maternidade Santa Isabel, e também dirigente da Unimed de Jaboticabal, corresponsável pela gestão da Santa Casa.

A diminuição de leitos obstétricos da região e o aumento populacional chamaram a atenção do CREMESP, que nos últimos cinco meses passou a estudar o assunto. O presidente do Conselho, Dr. Bráulio Luna Filho, propôs um pacto para que em médio prazo para promover melhorias no Sistema. Segundo ele, mais de três mil leitos foram fechados nos últimos anos. "Um sistema de saúde que não atende esse tipo de situação mostra que não está cumprindo sua função social. Nós temos o SUS (Sistema Único de Saúde) - e ele tem que funcionar."

No encontro foi discutida maior atuação dos Governos Federal e Estadual no repasse de recursos para os municípios, que na maioria das vezes não conseguem arcar com as despesas das maternidades locais. Entre as propostas iniciais do CREMESP é reabrir e ampliar os serviços disponibilizados na região. Ribeirão Preto, hoje, é referência para a realização de partos de alto risco, mas necessita de recursos para ampliar esse atendimento.

Dr. Nereu ressaltou o trabalho desenvolvido pelo Hospital e Maternidade Santa Isabel com o projeto Melhor Parto. Segundo ele, a parceria entre Unimed Jaboticabal e Prefeitura tem garantido o atendimento para pacientes com plano de saúde e usuários do SUS. "Conseguimos proporcionar segurança no atendimento, oferecendo para a paciente uma gestação com total acompanhamento, reduzindo também o número de cesarianas, que também é o objetivo da Agência Nacional de Saúde - ANS e Ministério da Saúde", afirma.

Ele ainda lembra que é preciso avançar no quesito debatido na noite: mais vagas para UTI neonatal. "A gente acaba entrando nessa lista. Nosso objetivo é melhorar a disponibilidade de vagas para gestantes em situação de risco", relatou.

Dr. Nereu destaca que o pelo Hospital e Maternidade Santa Isabel tem feito um grande papel e mantém uma equipe de plantão com médico e enfermeiro obstetra, pediatra, anestesista e enfermeira obstetriz. Segundo ele, algo que não ocorre em outras cidades, que possuem dificuldades para manter uma equipe de plantão. "Hoje a situação está mais caótica em Ribeirão Preto. De imediato, é preciso recursos para ampliar esse atendimento e, a longo prazo, capacitar maternidades da região, como Jaboticabal e Guariba, para resolver o problema discutido pelo CREMESP", finalizou.